



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA E A QUESTÃO AMBIENTAL URBANA

Kesia Rodrigues dos Santos^{1*} (PQ), Antonio Carlos Vitte² (PQ)

¹Docente do curso de Geografia do Campus Anápolis UEG/CSEH.

k2r3s4@yahoo.com.br

²Docente do curso de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp.

Resumo: A natureza cotidianamente transformada, num contexto social é aquela com a qual nos deparamos ao realizar estudos no ambiente urbano e é essa natureza que precisamos compreender. E principalmente é para essa natureza que nossos olhos devem se voltar. Esse olhar para a natureza em constante transformação é um desafio a ser alcançado, principalmente quando a análise se volta para os impactos ambientais urbanos. Considerando essa situação posta, o objetivo dessa breve contribuição que é compreender como, no contexto capitalista, a relação entre a sociedade e natureza favorece a ocorrência de impactos ambientais. Esse espaço que se torna mercadoria é modificado de acordo com os interesses da sociedade, nem sempre essas modificações consideram as especificidades de cada porção do espaço. A dinâmica da sociedade capitalista, considerando seu território, sua materialidade, mostra, além de sua insustentabilidade ambiental, sua insustentabilidade política. Essa visão limitada promove impactos no meio ambiente, principalmente no meio urbano. A relação sociedade/natureza precisa ser compreendida para que novos caminhos possam ser trilhados.

Palavras-chave: natureza; ocupação; sociedade; impactos.

Introdução

No capitalismo a natureza passa por um processo mais intenso de apropriação pela sociedade. E hoje, "o meio ambiente é uma totalidade indissociável da natureza e da sociedade. (...) o ambiente é o lugar da convivência do que é diverso, onde natureza e cultura são uma totalidade complexa e contraditoriamente estruturada" (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 48). E é nesse ambiente complexo e tomado por interrelações que as sociedades se desenvolvem e que a natureza se transforma.

REALIZAÇÃO



Algumas visões, ora distintas, ora próximas, sobre a relação da sociedade com a natureza são encontradas na literatura. Algumas serão aqui citadas para possibilitar uma análise dessa relação que possa alcançar o objetivo dessa breve contribuição que é compreender como, no contexto capitalista, a relação entre a sociedade e natureza favorece a ocorrência de impactos ambientais.

Material e Métodos

O presente trabalho, de natureza bibliográfica, é fruto de uma pesquisa que surgiu da necessidade de compreensão de temas tão caros à ciência geográfica, a saber: relação sociedade/natureza; impactos ambientais.

Os passos metodológicos seguidos foram: escolha e definição do tema a ser abordado, pesquisa e revisão bibliográfica, síntese e redação do texto. Já os materiais utilizados foram: livros, artigos, dissertações e teses.

Resultados e Discussão

A primeira visão sobre a relação sociedade/natureza aqui abordada é a de Élisée Reclus, ele expõe que o homem, por meio de seu trabalho, também pode perturbar a estrutura dos rios e igualmente a harmonia dos climas. Além disso, o homem quer adaptar a terra às suas necessidades e dela tomar posse completa para explorar suas imensas riquezas. Por fim, o autor levanta a questão de que os povos deixam-se levar pela embriaguez do trabalho e que só pensam em moldar a terra à sua imagem (RECLUS, 2010). Todas essas mudanças impactam o meio, mas também a própria sociedade.

Que essas transformações ocorreram e ocorrem é fato, mas o interessante é quando o autor diz que "os povos" modificaram a natureza e não o homem, isso deixa implícito que o homem que impacta a natureza não é o indivíduo e sim o homem em sociedade.

Sobre isso, mesmo com outra orientação teórica Moraes (2005, p. 74) afirma que "o relacionamento do homem com seu ambiente é equacionado no bojo



de relações sociais historicamente determinadas". Esse autor segue esclarecendo que

O instrumental técnico disponível exprime as forças produtivas de uma dada sociedade, às quais corresponde uma certa divisão social do trabalho e relações de produção também específicas. São estas que definem as formas de apropriação da natureza e o acesso dos diferentes grupos sociais aos recursos do ambiente. As relações de trabalho e de propriedade, principalmente, expressam o relacionamento desigual das várias classes com a riqueza natural dos lugares onde estão inseridas (MORAES, 2005, p. 74).

Carlos (2011) sintetiza essa reflexão assentando-a na geografia.

Ao longo da constituição do pensamento geográfico, a noção de meio organizado pelo homem se transfigura na de espaço produzido pela sociedade. Uma primeira mudança aponta a passagem do enfoque do homem para a da sociedade como sujeito que transforma a natureza. O salto qualitativo revela que, ao focar a sociedade como um todo, a Geografia se depara com a desigualdade que funda a sociedade. A segunda refere-se à passagem das análises centradas no meio para aquela que foca o espaço, sinalizando o papel ativo do homem diante da natureza, transformando-a em algo que é próprio do humano, enquanto construção da natureza humanizada. Com essa postura é possível escapar dos perigos da naturalização dos fenômenos que são em essência, sociais (CARLOS, 2011, p. 54).

Trata-se portanto, de avançar nessa direção a partir da ideia de que a atividade que produz a vida e com ela a realidade social realiza-se, necessariamente, num espaço-tempo apropriável para a ação. Carlos (2011) faz essa análise.

Se a natureza se coloca como condição essencial da qual o homem e depois o grupo humano retira o que necessita para viver, é também um meio dessa atividade, realizando-se ao longo do processo histórico como produto social sem, todavia, perder seu sentido natural. Assim, estabelece-se a tese de que o espaço se define pelo movimento que o situa como condição, meio e produto da reprodução social ao longo do processo civilizatório. Logo, o espaço se define (em seu conteúdo social e histórico) como uma das produções da civilização (nunca acabada, como ela). Desse modo, a partir da relação com a natureza um mundo começa a ser produzido, ininterruptamente, apontando determinações próprias de cada período e constituindo-se como um conjunto de obras e produtos realizados pelo homem no âmbito da atividade que metamorfoseia a natureza em mundo social (CARLOS, 2011, p. 23).



Essa natureza metamorfoseada em mundo social é aquela com a qual nos deparamos ao realizar estudos no ambiente urbano e é essa natureza que precisamos compreender. E principalmente é para essa natureza que nossos olhos devem se voltar. Não é uma tarefa fácil, mas é um desafio a ser alcançado.

Assim, para analisar a produção e a reprodução do espaço deve-se considerar que "o ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação" (CARLOS, 2011, p. 40-41). E que nesse processo de produção do homem, "o ponto de partida é a natureza, que no processo histórico se transforma pela atividade humana sem jamais ser suprimida" (CARLOS, 2011, p. 42).

Tudo isso no seio de uma sociedade com suas relações sociais, assentada num meio natural modificado. Modificação essa, supostamente mediada pela técnica.

A técnica é vista, quase sempre, como mediadora entre a sociedade e a natureza, como se fosse uma esfera distinta (tecnosfera). Entretanto, as técnicas se inscrevem como parte das relações dos homens (e mulheres) entre si e com a natureza. Os homens e mulheres não se encontram somente diante de desafios interpostos pela natureza, mas pelos desafios que colocam para si próprios (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 36).

Corghi (2008, p. 14) afirma que "o capitalismo transforma o espaço em mercadoria. Nesse sentido o volume de investimentos fixado no território determina o valor do espaço e, este passa a interessar segundo sua favorabilidade frente ao fluxo de mercadorias". Nesse contexto, também a natureza passa a ser mercadoria, mas de uma forma um pouco diferente das demais.

"Vale lembrar que as formas de apropriação da natureza são, em si mesmas, construções históricas" (MORAES, 2005, p. 102). Portanto há que se considerar o contexto social dessa apropriação.

"Sendo o capitalismo um agente essencialmente desnaturalizador da relação homem-natureza, (...) o capital tenderá mais à quantidade de valor de trabalho morto agregado ao solo, do que, propriamente, pelas condições naturais dos lugares" (MORAES; COSTA; 1984, p. 163). Apesar de o mercado imobiliária



trabalhar bem com essa agregação de valor, ainda assim, as condições naturais apresentam seu valor nesse universo de mercadorias.

A terra é uma mercadoria “sui generis”, peculiar, que não é produto do trabalho, não pode ser reproduzida, não se consome e tem seu preço constantemente elevado, e por mais “velha” que fique, nunca se deteriora. A terra não é produzida, não tem um valor de produção, mas tem um preço, e é comercializada no mercado (compra e venda) (RODRIGUES, 1990). Assim, a terra é uma mercadoria diferenciada e tem suas especificidades.

Nesse contexto, "o consumo de um lugar objetiva-se na utilização dos recursos naturais ali depositados, mas também na sua fruição como suporte e condição da produção e vida" (MORAES, 2005, p. 104-105). Depois de profundas modificações, a primeira objetivação do consumo (utilização dos recursos naturais) se torna escassa e as outras acabam prevalecendo, principalmente no espaço urbano.

A valorização dos lugares está relacionada com as condições naturais num primeiro momento, depois é agregado valor a esses lugares por meio da ação social de determinados grupos. No início da ocupação as condições naturais favoráveis são essenciais.

(...) um dado lugar possui um quadro natural original que vai se modificando com a instalação humana, a qual envolve não apenas alterações na paisagem (consumo de recursos ambientais), mas a exploração contínua e progressiva dos recursos naturais ali contidos. Paralelamente, o grupo social em tela vai criando formas espaciais que também se agregam àquele espaço, dando-lhe um acréscimo de valor, pelo trabalho morto incorporado. Tais formas, como visto, respondem e induzem usos do solo, estimulando a vida econômica local. O diferencial entre o **quantum** de valor natural contido foi retirado ou destruído e o que foi agregado como valor criado, daria a medida inicial para a avaliação de um processo concreto de valorização do espaço (MORAIS, 2005, p. 107-108, grifo do autor).

Pensando na valorização do espaço no espaço urbano vê-se que a ocupação depende num primeiro momento de fatores naturais como proximidade de cursos d'água e declividade, mas depois com a modificação do meio o valor agregado influencia mais nessa valorização.



Esse espaço que se torna mercadoria é modificado de acordo com os interesses da sociedade, nem sempre essas modificações consideram as especificidades de cada porção do espaço. Essa visão limitada promove impactos no meio ambiente, principalmente no meio urbano.

Na tentativa de trazer uma visão geral sobre os impactos ambientais urbanos recorre-se a Porto-Gonçalves (2013) que diz o seguinte:

É grande o impacto ambiental provocado pelo aumento da concentração de população em alguns pontos do espaço geográfico, seja em cidade, seja em periferias. A concentração geográfica implica, por si mesma, questões ambientais que não se colocam quando a população está dispersa nas áreas rurais, como o lixo, o abastecimento de água, o saneamento básico, quando, enfim, a saúde pública se torna um problema ambiental de grande envergadura. Os custos financeiros para garantir as condições ecológicas básicas de reprodução da vida (coleta de lixo, redes de água e saneamento básico para milhões de habitantes concentrados) são enormes (PORTO-GONÇALVES, 2013, p.82).

Cabe ressaltar que essa questão ambiental "que tem preocupado bastante a sociedade nas últimas décadas é resultante de um determinado modo de produção, que se fundamenta na produção e consumo constante de mercadorias, o que requer o uso acentuado da natureza e de seus recursos" (CAVALCANTI, 2001, p. 16). Requer ainda uma aglomeração de pessoas.

Toda a análise dos problemas ambientais urbanas deve partir de uma noção simples, porém fundamental, que é resumida por Vitte (2011, p.36) em uma frase "Degradação ambiental - a sua essência é social".

Se o sentido de degradar está relacionado ao ambiente perder as características naturais e/ou perder sua capacidade de recompor-se, logo isso é resultado das ações sociais no espaço e causam inevitavelmente impactos que podem ser ambientais ou socioambientais. Nesse contexto, é preciso retomar algumas discussões que há muito têm sido deixadas em segundo plano, uma delas é entender como o sítio urbano influencia na ocupação e como a ocupação impacta esse "receptáculo".

Já é senso comum dizer que sítio urbano é o lugar ocupado por uma cidade, alguns acrescentam que se referem à topografia, outros que predominam na identificação dele os aspectos naturais, dizem ainda que ele pode favorecer ou



atrapalhar o crescimento da cidade. Há inclusive sites e blogs que discutem o assunto, dentre eles destaca-se um que diz o seguinte: Sítio Urbano¹ é a localização topográfica da construção da cidade.

De maneira geral, essas interpretações desse conceito são coerentes, no entanto apresenta-se aqui uma descrição mais completa e abrangente relacionada ao que é sítio urbano.

Consideramos como sítio urbano a apropriação social do espaço natural. Este espaço, por sua vez, apresenta características e propriedades definidas a partir da dinâmica da geoesfera e da integração de seus elementos ao longo do tempo geológico. A apropriação social deste espaço natural e a consequente produção do espaço urbano desestabilizam os limites da geoesfera, cuja consequência pode ser a intensificação do fenômeno morfogenético, no caso, o processo erosivo, que com a urbanização passa a adquirir uma nova dinâmica e magnitude frente às características naturais da geoesfera. A partir deste princípio podemos dizer que as propriedades do sítio urbano refletem o processo de apropriação e produção social da natureza na cidade. Como é o caso de diversos processos de voçorocamentos provocados pela alteração do relevo através de terraplanagem, ou, que não depende somente do piping, mas que pode ser impulsionado por rompimentos de canos de abastecimento de água (SANTOS, 2008, p.11).

É um movimento próprio da natureza, seus elementos sofrerem alterações e transformações, mas com a intervenção social no sítio urbano tais transformações são intensificadas pela ação do homem em sociedade. Isso nos remete ao entendimento de que a sociedade modifica o meio de acordo com o sistema que a rege, assim sob o direcionamento do capitalismo, o espaço urbano se modifica e ao mesmo tempo modifica o sítio urbano no qual se instalou. E como resposta o sítio urbano limita ou facilita algumas ações espaciais.

A dinâmica da sociedade capitalista, considerando seu território, sua materialidade, mostra, além de sua insustentabilidade ambiental, sua insustentabilidade política. Sabe-se que até os anos 1960, a dominação da natureza não era uma questão e, sim, uma solução, ligada diretamente ao desenvolvimento. É a partir dessa década que intervém explicitamente a questão ambiental. Cabe ressaltar que desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza

¹ Disponível em: <http://geoguiia.blogspot.com.br/2008/10/conceitos-bsicos-da-urbanizacao.html>. Acesso em: 14/05/2017.



(PORTO-GONÇALVES. 2013). "Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria" (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 24).

"Já não é mais contra a natureza que devemos lutar (se é que é de luta contra a natureza que deveríamos tratar), mas, sim, contra os efeitos da própria intervenção que o próprio sistema técnico provoca" (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 30).

As áreas urbanas são as que mais foram modificadas, logo, as que apresentam maiores problemas ambientais. Considera-se assim, que as áreas urbano-industriais são representativas da mais profunda modificação humana na superfície da Terra (SANTOS, 2008). Os impactos também repercutirão sobre o processo de urbanização.

Assim, bacias hidrográficas com seus cursos d'água, alteradas pela urbanização, com a retirada da cobertura vegetal decorrente de sua efetiva ou potencial ocupação geram dinâmicas morfogenéticas, como as voçorocas, que determinarão, por sua vez, as formas urbanas produzidas, pois podem inviabilizar a implantação da infraestrutura necessária aos loteamentos, ou mesmo degradar estas infraestruturas: ruas, avenidas, pontes, travessas, viadutos e até mesmo prejudicar as residências (SANTOS, 2008, p.13).

Santos (2008, p.13) partindo das premissas de Fraioli² (2005), afirma que "a apropriação e adequação dos espaços naturais para atividades sociais e produtivas, acarretam conseqüentemente sua valorização, acarretando transformações nos espaços naturais". Assim,

qualquer construção altera o ambiente mas a ocupação do espaço, sem considerar a vulnerabilidade ambiental, visando somente à valorização da área, principalmente devida à especulação imobiliária, estabelece por conseqüências as constantes enchentes, erosões e contaminações das áreas urbanizadas, e por complemento, a segregação socioespacial (SANTOS, 2008, p. 13-14).

² FRAISOLI, Camila, Valorização do Espaço e Fragilidade Ambiental: O Caso da Construção do Meio Ambiente Urbano da Bacia do Córrego Santo Antonio, Mogi Mirim (SP), Campinas, 2005, Dissertação Mestrado, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UNICAMP.



Dessa forma, o espaço é alterado, transformado e ocupado pela sociedade. E mesmo que a sociedade não o considere a natureza como parte do espaço urbano, ela ali permanece, mesmo que transformada.

Considerações Finais

A temática abordada nesse trabalho é pertinente e ampla, não se encerra nessa breve discussão aqui apresentada. A relação sociedade/natureza precisa ser compreendida para que novos caminhos possam ser trilhados. A compreensão que se busca vai além do entendimento da natureza como recurso ou barreira para a sociedade, bem como busca superar a visão idílica de que a natureza precisa se manter intocada, algo inimaginável nos tempos atuais.

Em trabalhos futuros será necessário ampliar essa discussão para que se alcance um olhar mais amplo, no qual a dicotomia entre sociedade e natureza não seja o cerne da questão, mas sim uma visão a ser superada.

Agradecimentos

Às universidades, UEG e Unicamp. À CAPES e ao CNPq.

Referências

CARLOS, A.F.A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza, org. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: _____. **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001. p.11-32.

CORGHI, F. N. **Urbanização e segregação sócio-espacial em Bauru (SP): um estudo de caso sobre a Bacia hidrográfica do Córrego da Água Comprida**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2008.

MORAES, A. C. R. M. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2005.



MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **A valorização do espaço**. 3a. ed. São Paulo: Hucitec. 1993.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2013.

RECLUS, Élisée. DA AÇÃO HUMANA NA GEOGRAFIA FÍSICA. In: COÊLHO, Plínio Augusto, org. **Da ação humana na geografia física; Geografia comparada no espaço e no tempo / Élisée Reclus**. São Paulo: Expressão e Arte, Imaginário, 2010. p.51-73.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1990.

SANTOS, J.A. **CIDADE E NATUREZA: relações entre a produção do espaço urbano, a degradação ambiental e os movimentos sociais em Bauru-SP**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2008.

VITTE, A. C. **Por uma Geografia híbrida: ensaios sobre os mundos as naturezas e as culturas**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.